

PREGÃO ELETRÔNICO

90058/2026

CONTRATANTE (UASG)

986475

OBJETO

Registro de Preços para aquisição de Material Mecânico e Tecnológico de acessibilidade em Braille para atender as necessidades das salas de AEE da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guarujá

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 463.539,90 (Quatrocentos e sessenta e três mil, auinhentos e trinta e nove reais e sessenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/07/2026 às 09h 30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM (ITEM 03)



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|----|
| 1. | DO OBJETO | 3 |
| 2. | DO REGISTRO DE PREÇOS | 3 |
| 3. | DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 4. | DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 5. | DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... | 8 |
| 6. | DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..... | 9 |
| 7. | DA FASE DE JULGAMENTO | 13 |
| 8. | DA FASE DE HABILITAÇÃO | 15 |
| 9. | DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 17 |
| 10. | DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 18 |
| 11. | DOS RECURSOS | 19 |
| 12. | DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... | 20 |
| 13. | DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 22 |
| 14. | CONDIÇÕES DE PAGAMENTO | 23 |
| 15. | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 23 |
| 16. | ANEXOS..... | 25 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2026

(Processo Administrativo nº 72190/2025)

Torna-se público que o **Município de Guarujá**, com sede na Av. Santos Dumont, 800, na cidade de Guarujá, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 44.959.021/0001-04 – **UASG nº 986475**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). **Mohamad Ali Abdul Rahim**, responsável pela **Secretaria Municipal de Educação**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 15.833¹, de 17 de novembro de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para aquisição de Material Mecânico e Tecnológico de acessibilidade em Braille para atender as necessidades das salas de AEE da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guarujá**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o

¹ Decreto Municipal 15.833/2023:

<https://leismunicipais.com.br/a/sp/g/guaruja/decreto/2023/1584/15833/decreto-n-15833-2023-regulamenta-a-lei-federal-n-14133-de-1-de-abril-de-2021-que-dispoe-sobre-licitacoes-e-contratos-administrativos-no-municipio-de-guaruja-e-da-outras-providencias>



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- h) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- k) Empresas reunidas sob a forma de Consórcio.

3.7. O impedimento de que trata o item “d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens “b” e “c”, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens “b” e “c” não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item “h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art.4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.13. O valor final mínimo na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.16. A garantia de proposta prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, quando houver exigência no Anexo V (Termo de Referência) e sob pena de desclassificação, deverá ser enviada concomitantemente à proposta e aos documentos de habilitação, devendo o licitante realizar o upload do comprovante no sistema eletrônico, no campo destinado aos anexos da proposta, observados os prazos e modalidades descritos neste Edital.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário, devendo ser cotados com centavos de **no máximo 02 (duas) casas decimais**;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. A proposta eletrônica de preço deverá estar acompanhada de "Planilha Proposta Comercial", elaborada nos moldes do Anexo II do edital e preenchida em todos os seus itens, com o preço ofertado pela licitante.

5.2.2. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributo sem percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União ou Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresa se empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistir em custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, competindo à comissão técnica analisar a adequação com o termo de referência. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Anexo V, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitar em cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 55a art. 57 do Decreto nº 15.833/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico oficial do Município.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.6. Fraudar a licitação.

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5 à 15% (XXX por cento) do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15 à 30% (XXXX por cento) do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações serão formulados em campo próprio do sistema, ou através de e-mail, no endereço eletrônico pregao.guaruja@gmail.com.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo do objeto da licitação e da documentação fiscal, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada.

14.2. As Notas Fiscais de Aquisição de Bens e Materiais deverão ser entregues nos Almoxarifados e as Notas Fiscais de Prestação de Serviços no Setor de Protocolo Geral – Paço Raphael Vitiello, já atestadas pelo responsável da Unidade onde o serviço foi executado, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua emissão, constando em seu corpo o número do empenho correspondente, número da Autorização de Fornecimento (AF) ou Ordem de Serviço (OS), bem como a indicação da Secretaria requisitante, conforme Instrução Normativa 01/2021, da Controladoria Geral do Município acompanhadas dos comprovantes de recebimento provisório dos produtos.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado destalicitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico (www.guaruja.sp.gov.br).

15.11. Todos os atos relativos a esta licitação serão publicados no Diário Oficial da Cidade bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.12. As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta recursos consignados no orçamento vigente, conforme segue:

Órgão:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

12.01 Secretaria Municipal de Educação

Elemento de Despesa:

4.4.90.52.00

Origem dos Recursos:

01 – Tesouro

15.13. As condições de entrega estarão definidas no Anexo V.

15.13.1. O objeto da licitação será devolvido na hipótese de não corresponder às especificações contidas no Anexo V, deste Edital, devendo ser substituído no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, sujeitando-se às penalidades previstas no instrumento convocatório e legislação pertinente.

15.14. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16. ANEXOS

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Planilha de Preços Referenciais;

ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO III – Modelo da Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV – Modelo da Autorização de Fornecimento;

ANEXO V – Termo de Referência.

Guarujá, 26 de Junho de 2026.

MOHAMAD ALI ABDUL RAHIM
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I

PLANILHA DE PREÇOS REFERENCIAIS

| ITEM | QTDE | UNIDADE | DESCRIÇÃO | VALOR MÉDIO UNITÁRIO | VALOR MÉDIO TOTAL | CÓDIGO |
|------|------|---------|---|-------------------------|----------------------|--------|
| 01 | 05 | UNID | IMPRESSORA E MAQUINA DE ESCREVER BRAILLE | R\$ 43.751,02 | R\$ 218.755,10 | 605691 |
| 02 | 15 | UNID | MAQUINA DE ESCREVER BRAILLE | R\$ 12.239,24 | R\$ 183.588,60 | 605651 |
| 03 | 05 | UNID | MAQUINA DE ESCREVER BRAILLE (COTA RESERVADA PARA ME/EPP) | R\$ 12.239,24 | R\$ 61.196,20 | 605651 |

Valor Estimado Global: R\$ 463.539,90 (Quatrocentos e sessenta e três mil, auinhentos e trinta e nove reais e sessenta centavos)

- Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item mais semelhante ao descrito no Termo de Referência (Anexo V). Havendo divergência no descritivo do objeto licitado constante no código cadastrado e o descritivo constante no Termo de Referência (Anexo V), **PREVALECERÁ** o descritivo constante no Termo de Referência (Anexo V).
- A licitante deve atentar para a descrição do objeto constante do edital e seus anexos.
- Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM.**

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

| ITEM | QTDE | UNIDADE | DESCRIÇÃO | CÓDIGO | MARCA E/OU FABRIC | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|------|---------|---|--------|-------------------------|-------------------|----------------|
| 01 | 05 | UNID | IMPRESSORA E MAQUINA DE ESCREVER BRAILLE | 605691 | | | |
| 02 | 15 | UNID | MAQUINA DE ESCREVER BRAILLE | 605651 | | | |
| 03 | 05 | UNID | MAQUINA DE ESCREVER BRAILLE (COTA RESERVADA PARA ME/EPP) | 605651 | | | |

Havendo divergência no descritivo licitado constante no código cadastrado e o descritivo constante no Termo de Referência (Anexo V) PREVALECERÁ o descritivo constante no Termo de Referência (Anexo V).

A licitante deve atentar para a descrição do objeto constante do edital e seus anexos.

O sistema COMPRAS.GOV é utilizado somente para realizar o procedimento licitatório eletrônico.

A apresentação da proposta Comercial vincula a aceitação das condições abaixo:

1. Condições de entrega: Conforme Anexo V do Edital;
2. Condições de pagamento: conforme item 14 do Edital;
3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
4. O e-mail fornecido para o envio das Autorizações de Fornecimento deverá estar sempre atualizado;
5. Será considerado como recebido o e-mail de Autorização de Fornecimento após 48 horas da data de seu envio, quando não ocorrer a

confirmação de recebimento da Autorização de Fornecimento enviada, para todos os fins legais.

Nome do Banco:

Número do Banco:

Nome da Agência:

Número da agência:

Conta Corrente:

Declaro expressamente que estou ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Edital e em seus Anexos, e que todos os itens cotados estão de acordo com o especificado no **Anexo V** do Edital, ressaltando que em seus preços estão inclusas as despesas diretas e indiretas decorrentes da contratação.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa

NOME/RG/CPF/CARGO/CARIMBO CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

ANEXO III

Modelo da Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º/2026

REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ E A EMPRESA **XXXXXXX**,
PARA AQUISIÇÃO _____.

O **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ**, com sede na Avenida Santos Dumont, 800 – Santo Antônio, na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.959.021/0001-04, neste ato representado pelo(a) **SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE _____ Sr(a) _____**, (*nacionalidade, estado civil, profissão*), portador(a) do RG nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, devidamente autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal nos termos do decreto nº 16.547 de 23/01/2025, a seguir nomeada tão somente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____ com sede _____, (bairro, cidade, Estado) CEP: _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, neste ato representado(a) por _____, (*nacionalidade, estado civil, profissão*), portador(a) do RG nº. _____ e do CPF nº. _____ doravante nomeada apenas **CONTRATADA**, considerando o julgamento do **Pregão Eletrônico 58/2026**, para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no Diário Oficial do Município de Guarujá de/...../202....., **Processo Administrativo nº 72190/2025**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 15.833, de 17 de novembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS _____**, conforme especificações no Termo de Referência vinculado ao Processo Administrativo nº ____/____ sendo parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados e homologados.

Parágrafo único: O objeto do presente ajuste deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE | DESCRIÇÃO | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|------------|---------|-----------|-------|----------------|-------------|
| | | | | | | |

Parágrafo único - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. As despesas decorrentes desta ata, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente, cujo elemento de despesa específico constará da respectiva Nota de Empenho correspondente a Unidade Administrativa Requisitante, conforme segue:

- **Órgão: Secretaria Municipal de Educação**
- **Elemento de despesa: 4.4.90.52.00**
- **Origem dos Recursos: 01 - Tesouro**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Fica vedada a adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes externos à Administração Municipal.

4.2. A utilização da presente Ata de Registro de Preços pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município poderá ocorrer mediante apostilamento, desde que devidamente comprovada a vantajosidade da utilização, nos termos do art. 58 do Decreto Municipal nº 15.833/2023.

Parágrafo único: Para fins desta Ata, entende-se como Administração Direta as Secretarias Municipais e órgãos equiparados.

Vedação a acréscimo de quantitativos e subcontratação

4.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.3 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.3.1 O contrato de corrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.5 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.6.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.6.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.6.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.6.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.6.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.7 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

- 5.8 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.9 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.9.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 5.9.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 5.10 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.11 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.11.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.12 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.13 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.14 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.14.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

5.14.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.15 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.3 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.3.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.3.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.3.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.3 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.3.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

- 7.3.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.3.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.4 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.4.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.4.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.4.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.4.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.4.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.4.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

8 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.3 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.3.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.3.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.3.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 15.833/2023; ou

8.3.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.4 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.5 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.6 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.6.1 Por razão de interesse público;

8.6.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.6.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigo 56 do Decreto nº 15.833/2023.

9 DAS PENALIDADES

9.3 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

9.3.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.4 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 40º, inc. IX, do Decreto nº 15.833/2023).

9.5 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10 CONDIÇÕES GERAIS

10.3 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.4 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

10.5 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

ANEXO III.A
CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Item do TR | Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i> | | | | | | | |
|------------|--|--|---|---------|----------------------|----------------------|----------|-------------------------------------|
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Item do TR | Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i> | | | | | | | |
|------------|--|--|---|---------|----------------------|----------------------|----------|-------------------------------------|
| X | Especificação | Marca <i>(se exigida no edital)</i> | Modelo <i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

ANEXO IV

Modelo da Autorização de Fornecimento

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ

AV. SANTOS DUMONT, 800 – SANTO ANTONIO

C.N.P.J. 44.959.021/0001-04

TELEFONE (13) 3308-7000 – FAX (13) 33087018

DATA

PÁGINA X

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇOSAF-N XXXXXX/XXXX

FORNECEDOR: XXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXX

TELEFONE: XXXXXXXX

ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXX

CIDADE: XXXXXXXXXXXX

ESTADO: XXXXXXXX

FAX: XXXXXXXX

BAIRRO: XXXXXXXXXXXXXXXX

| ITEM | QTD | DESCRIÇÃO DO OBJETO | R.M. | VL UNIT | VL TOTAL |
|------|-------|---------------------|-------|---------|----------|
| XXX | XXXXX | XXXXXXX | XXXXX | XXXXXX | XXXXXXXX |

DESTINO:

VALOR TOTAL DO PEDIDO - XXXXXXXX

ÓRGÃO:

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:

PRAZO DE ENTREGA:

OBSERVAÇÕES:

DIVISÃO DE COMPRAS

OBS.: - PELO NÃO CUMPRIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES NESTA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, FICAM V.S.^a, SUJEITOS AS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E EDITAL;
- O NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DEVERÁ CONSTAR EM SUA NOTA FISCAL;
- OS PRODUTOS/SERVIÇOS QUE NÃO ESTIVEREM DE ACORDO COM ESTE PEDIDO, DEVERÃO SER REFEITOS.
- ESSA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO VINCULA-SE A TODAS AS NORMAS PREVISTAS EM EDITAL E RESPECTIVOS ANEXOS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Diretoria de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos

EDITAL- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2026

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de Material Mecânico e Tecnológico de acessibilidade em Braille para atender as necessidades das salas de AEE da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guarujá.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Por Item

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Ata de Registro de Preços

MODO DE DISPUTA: Aberta

2. DA NECESSIDADE DE JUSTIFICAÇÃO

A aquisição de bens e serviços pela Administração Pública deve ser devidamente justificada com base nos princípios gerais do direito, nas disposições legais e nas normativas que regem as licitações públicas.

O princípio da legalidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, impõe à Administração a obrigação de agir conforme as normas vigentes, garantindo que toda despesa pública esteja devidamente fundamentada. O princípio da impessoalidade assegura que as aquisições sejam feitas com base em critérios objetivos, evitando favorecimentos indevidos. O princípio da moralidade exige que os atos administrativos sejam pautados pela ética e pela transparência. O princípio da publicidade determina que os processos licitatórios sejam amplamente divulgados para garantir o controle social e a fiscalização dos atos administrativos. Já o princípio da eficiência obriga a Administração a buscar as melhores condições de contratação, garantindo o melhor custo-benefício para o interesse público.

Além dos princípios gerais, a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) estabelece a necessidade de justificativa detalhada para a aquisição de bens e serviços, especialmente nos artigos que tratam do planejamento da contratação e da fase preparatória do processo licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

O artigo 18 da referida lei dispõe que a instrução do processo deve conter a caracterização da necessidade da contratação, demonstrando sua compatibilidade com o interesse público e a viabilidade técnica e econômica da solução pretendida.

A exigência de justificativa também decorre das normativas do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos órgãos de controle interno, que determinam a necessidade de fundamentação técnica e econômica para qualquer aquisição. Essa justificativa deve evidenciar a necessidade da contratação, a compatibilidade do objeto com o planejamento da Administração e a escolha da solução mais vantajosa para o interesse público.

Bem assim, o disposto no Decreto Municipal N.º 15.833/2023, que Regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021:

Art. 9.º O plano de contratações anual será elaborado pelo Setor de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos, por ato próprio conforme as regras estabelecidas no Decreto n.º 15.684 de 25 de Agosto de 2023, ou norma que vier lhe a suceder.

Art. 10. As licitações deverão ser realizadas sob a forma eletrônica.

§ 3.º Nas licitações processadas eletronicamente, serão observadas as regras próprias do sistema eletrônico utilizado, que deverão constar expressamente no edital.

O renomado jurista Celso Antônio Bandeira de Mello afirma que *"a motivação do ato administrativo é um dever da Administração e um direito do administrado. A ausência de justificativa compromete a validade e a moralidade do ato"* (Curso de Direito Administrativo, 2020).

Por derradeiro, ressalte-se que no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, a ausência de fundamentação adequada tem sido constantemente reprimida.

Neste sentido, os Acórdãos n.º 2.331/05 - 2ª Câmara, n.º 1.934/06 – 1ª Câmara e n.º 2.222/06 – 1ª Câmara, e a Decisão n.º 4.551/03.

Dessa forma:

Considerando o disposto no artigo 2.º da Lei 9784/1999;

Considerando o disposto no artigo 8.º do Decreto Municipal 7.731/2006;

Considerando as demais normas jurídicas e a jurisprudência aplicáveis;

Procede-se às seguintes justificativas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

2.1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente demanda trata da necessidade de aquisição, via ata de registro de preços, de Material Mecânico e Tecnológico de acessibilidade em Braille , visando atender aproximadamente 60 alunos, entre crianças e jovens, matriculados na rede municipal de ensino do Guarujá. Esses alunos estão distribuídos em 33 Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) localizadas em diversas unidades escolares do município. Os materiais solicitados têm por objetivo fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, respeitando as especificidades dos alunos com deficiência visual (DV) proporcionando-lhes acesso equitativo e significativo à educação, em conformidade com as legislações vigentes que asseguram o direito à educação inclusiva.

2.2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação está alinhada com os seguintes objetivos estratégicos da Secretaria Municipal de Educação:

- Promover a inclusão educacional com equidade, garantindo a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE).
- Fortalecer as práticas pedagógicas inclusivas por meio da disponibilização de materiais adequados às necessidades específicas dos alunos com deficiência auditiva (DA), visual (DV) e intelectual (DI).
- Atender à legislação vigente que assegura o direito à educação inclusiva, com recursos de acessibilidade e apoio especializado.
- Assegurar o acesso a recursos educacionais adaptados e de alta qualidade para os alunos com deficiência matriculados na rede municipal de ensino do Guarujá, promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades, a autonomia e a participação plena no ambiente escolar e social.

A educação inclusiva é um imperativo legal e social. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece a educação como direito de todos, e o artigo 208, inciso III, reitera o dever do Estado de garantir atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), em seu artigo 58, reforça a necessidade de garantir currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades desses alunos.

A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) avança ainda mais, estabelecendo a obrigatoriedade de sistemas de ensino que ofereçam recursos de acessibilidade e a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas. A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, destaca o AEE como um serviço que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos com deficiência.

As peculiaridades dos diferentes tipos de deficiência exigem materiais específicos e adaptados para o desenvolvimento de habilidades e competências. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atende uma gama ampla de necessidades educacionais especiais, incluindo, mas não se limitando a, deficiências auditiva, visual e intelectual, e também condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), que, embora não sejam classificadas como deficiência intelectual, demandam abordagens pedagógicas e recursos específicos para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Deficiência Auditiva (DA): Para alunos com DA, a aquisição de materiais de livreria em LIBRAS é crucial para o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento da linguagem. Jogos que estimulem a comunicação visual e a coordenação motora fina também são de grande valia.

Deficiência Visual (DV): Alunos com DV se beneficiam de materiais táteis, jogos sonoros, recursos em Braille e tecnologias assistivas que permitam a exploração do ambiente e o acesso à informação de forma autônoma.

Deficiência Intelectual (DI): A Deficiência Intelectual (DI) é caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual (raciocínio, aprendizagem, resolução de problemas) quanto no comportamento adaptativo (habilidades sociais e práticas). Essas limitações se manifestam em diferentes graus e podem incluir dificuldades na comunicação, autocuidado, habilidades sociais, uso de recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho. Uma das condições frequentemente



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

associadas à Deficiência Intelectual é a Síndrome de Down, uma alteração genética que impacta o desenvolvimento cognitivo e físico. Alunos com DI, incluindo aqueles com Síndrome de Down, podem apresentar um ritmo de aprendizagem mais lento, necessitar de instruções mais concretas e repetitivas, ter dificuldades na generalização de conceitos e na abstração, e demandar maior suporte para a organização e execução de tarefas. O comportamento pode variar, mas frequentemente se observa a necessidade de rotinas claras, apoio para a interação social e estímulo constante para o desenvolvimento de novas habilidades. Para esses alunos, jogos pedagógicos que estimulem o raciocínio lógico, a memória, a atenção, a interação social e as habilidades adaptativas são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social, promovendo a autonomia e a participação.

Nas Salas de AEE, os objetivos que podem ser atingidos com a utilização desses materiais incluem:

Desenvolvimento de Habilidades Cognitivas: Estímulo ao raciocínio, memória, atenção, percepção e resolução de problemas.

Aprimoramento da Comunicação: Facilitação da expressão oral, escrita e alternativa (LIBRAS, comunicação aumentativa e alternativa).

Desenvolvimento da Coordenação Motora: Refinamento da coordenação motora fina e grossa, essencial para atividades cotidianas e escolares.

Promocão da Autonomia: Estímulo à independência na realização de tarefas e à tomada de decisões.

Socialização e Interação: Fomento da participação em atividades em grupo e do desenvolvimento de habilidades sociais.

Redução de Barreiras de Aprendizagem: Adaptação do currículo e dos materiais didáticos para atender às necessidades específicas de cada aluno.

A melhoria dentro da sala de aula regular, com a frequência dos alunos nas salas de recurso e a utilização de materiais pedagógicos adequados, é notória. Os alunos adquirem maior confiança, desenvolvem estratégias de aprendizagem mais eficazes e se sentem mais incluídos no processo educacional. Isso se traduz em:

Maior Participação: Alunos mais engajados nas atividades em sala de aula regular.

Melhora no Desempenho Acadêmico: Progressos no aprendizado e na compreensão de conteúdos.

Diminuição da Evasão e Repetência: Maior permanência e sucesso no ambiente escolar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

Promoção da Cultura Inclusiva: Sensibilização de toda a comunidade escolar para a diversidade e o respeito às diferenças.

Em conformidade com a legislação e a jurisprudência, o Supremo Tribunal Federal (STF), no Recurso Extraordinário (RE) 703576/RJ, reconheceu a constitucionalidade da Lei 13.146/2015, reiterando o direito à inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino e a vedação de qualquer forma de discriminação.

2.3 DA RESERVA DE COTA PARA MEI, ME E EPP

Nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação dada pela LC nº 147/2014, e em consonância com o art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015, fica estabelecida a reserva de 20 % (vinte por cento) do item MAQUINA DE ESCREVER BRAILLE do presente certame para participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

Considerando que o certame contempla 25 (vinte e cinco) unidades totais de 2 produtos distintos, ficam destinados à participação exclusiva de ME/EPP/MEI o seguinte item:

Item 03 – MAQUINA DE ESCREVER BRAILLE : 5 un

O critério utilizado para definição foi a seleção de itens de valor unitário médio e de fornecimento mais simples, assegurando competitividade, viabilidade econômica e redução de riscos de inadimplemento.

Tal medida objetiva estimular a participação dos pequenos negócios locais, ampliar a competitividade do certame e promover a distribuição de oportunidades, sem comprometer a economicidade da contratação, estando plenamente de acordo com o limite legal de até 25% previsto na LC nº 123/2006.

2.4 DA OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O Sistema de Registro de Preço é uma ferramenta que simplifica e otimiza os processos de licitação para a Administração Pública. Entre as várias vantagens, podemos citar o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, o aumento na eficiência



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | [@prefeitura.guaruja](https://www.instagram.com/prefeitura.guaruja)

administrativa, a redução do número de licitações redundantes, a rapidez na contratação e a total liberdade para o órgão público – que pode ou não efetuar a aquisição. Os processos licitatórios representam custos financeiros muito altos para a administração, sem contar que a burocracia no rito processual eleva o prazo de conclusão de um certame licitatório. Com a utilização do Registro de Preço, os órgãos públicos realizam somente um processo licitatório que pode atender as demandas pelo período de 12 meses.

Outras Vantagens:

I – Não compromete recursos financeiros, pois somente haverá a necessidade de disponibilizar o valor registrado no momento da aquisição;

II – Formação de estoques virtuais, sem a necessidade de possuir um lugar adequado para o depósito dos produtos. O órgão público não despende recursos com a construção e manutenção de um depósito central, pois cada vez que há necessidade de algum produto, basta solicitar a empresa detentora da Ata de Registro de Preço para entregar no local estabelecido nas cláusulas;

III – Como a administração pública, muitas vezes não consegue mensurar a quantidade exata de produtos que vai utilizar, pode, em processos tradicionais, comprar a mais ou a menos. Ao contrário, se utilizar o SRP as aquisições serão realizadas de acordo com a necessidade;

IV – Atendimento às demandas imprevisíveis;

V – Maior possibilidade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em virtude da entrega ou fornecimento do bem ocorrer de forma parcelada.

O Decreto Municipal Nº 15.833/2023 estabelece a possibilidade de adoção do sistema de registro de preços em determinadas hipóteses, sendo que neste caso, a hipótese que melhor se enquadra, consta no inciso VI - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.5 DA FUNDAMENTAÇÃO CONTRATAÇÃO

Em atendimento ao artigo 6º, inciso XXIII da Lei Nº 14.133/2021 a fundamentação da presente contratação faz referência ao estudo técnico preliminar devidamente acostado ao processo administrativo digital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | [@prefeitura.guaruja](https://www.instagram.com/prefeitura.guaruja)

Há previsão para a pretendida contratação no PCA – Plano de Compras Anual, conforme poder ser consultado em <https://www.guaruja.sp.gov.br/plataforma/wp-content/uploads/2026/01/PCA-2026-TOTAL.pdf>.

2.6 SOBRE A JUSTIFICATIVA DO OBJETO PERTENCER À CLASSE NATUREZA COMUM

Na concepção de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio” (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30)

Justifica-se que o objeto pertence à classe Natureza Comum, pois é o mais adequado para este tipo de serviço, abrange aquisição cujos padrões de desempenho são objetivamente definidos em edital por meio de especificações usuais no mercado.

2.7 SOBRE O DESCRITIVO E CÓDIGO COMPRAS.GOV

Utilizou-se como parâmetro, os códigos e unidades de medidas descritas pelo compras.gov, havendo assim, objetos idênticos ou análogos aos apresentados neste sítio eletrônico. Contudo, havendo divergência no descritivo do objeto licitado constante no código do compras.gov e descritivo constante no termo de referência, prevalecerá o descritivo especificado no termo de referência.

3.DESCRICÃO DOS OBJETOS

3.1 Os materiais a serem adquiridos enquadraram-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

3.2 O objeto da presente contratação será dividido em **03 (três) itens**, conforme detalhamento abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

DESCRIÇÃO :

| ITEM | UN | QUANT | NOME | DESCRIÇÃO |
|------|----|-------|---|---|
| 1 | un | 5 | IMPRESSORA E MAQUINA DE ESCREVER - BRAILLE | <p>Descrição técnica mínima:</p> <p>Equipamento eletrônico de tecnologia assistiva destinado à leitura e escrita em Braille, portátil, leve e de operação silenciosa, adequado ao uso educacional em salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), devendo possuir, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">- Sistema de entrada em Braille com teclado ergonômico;- Retorno em áudio integrado, com suporte a múltiplos idiomas;- Capacidade de interação com computador (PC/Mac), por meio de conexão USB ou tecnologia superior compatível;- Compatibilidade com softwares de comunicação e edição de texto acessível;- Possibilidade de visualização simultânea do conteúdo por usuários videntes, por meio de visor integrado ou recurso equivalente;- Bateria recarregável com autonomia mínima de 15 horas de uso contínuo;- Estrutura resistente, adequada ao uso contínuo em ambiente escolar;- Funcionamento autônomo e integrado com dispositivos externos. <p>O equipamento deverá ser novo, sem uso, e atender às normas técnicas e de segurança</p> |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

| | | | | |
|---|----|----|-----------------------------------|--|
| | | | | aplicáveis. |
| | | | | Compras. gov : 605691 |
| 2 | un | 15 | MAQUINA DE ESCREVER BRAILLE | <p>Descrição técnica mínima:</p> <p>Equipamento mecânico para escrita em Braille, portátil, robusto e de alta durabilidade, destinado ao uso educacional, devendo possuir, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">- Sistema de escrita manual em Braille com 6 teclas correspondentes aos pontos Braille;- Teclas adicionais para espaço, retrocesso e avanço de linha;- Capacidade mínima de impressão de 25 linhas por página e 40 células por linha;- Compatibilidade com papel de diversos tamanhos, até o formato A4;- Estrutura reforçada, adequada ao uso intensivo em ambiente escolar;- Possuir recursos que facilitem o transporte e manuseio do equipamento, tais como alça ou solução equivalente;- Possibilidade de fornecimento de acessórios compatíveis, como capa protetora e apagador, quando disponíveis ;-Dimensões e peso compatíveis com equipamentos portáteis dessa categoria. <p>O equipamento deverá ser novo, sem uso, e atender às normas técnicas aplicáveis.</p> <p>Compras. gov : 605651</p> |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

| | | | | |
|---|----|---|-----------------------------------|--|
| 3 | un | 5 | MAQUINA DE ESCREVER BRAILLE | <p>Descrição técnica mínima:</p> <p>Equipamento mecânico para escrita em Braille, portátil, robusto e de alta durabilidade, destinado ao uso educacional, devendo possuir, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">- Sistema de escrita manual em Braille com 6 teclas correspondentes aos pontos Braille;- Teclas adicionais para espaço, retrocesso e avanço de linha;- Capacidade mínima de impressão de 25 linhas por página e 40 células por linha;- Compatibilidade com papel de diversos tamanhos, até o formato A4;- Estrutura reforçada, adequada ao uso intensivo em ambiente escolar;- Possuir recursos que facilitem o transporte e manuseio do equipamento, tais como alça ou solução equivalente;- Possibilidade de fornecimento de acessórios compatíveis, como capa protetora e apagador, quando disponíveis ;-Dimensões e peso compatíveis com equipamentos portáteis dessa categoria. <p>O equipamento deverá ser novo, sem uso, e atender às normas técnicas aplicáveis.</p> <p>Compras. gov : 605651</p> <p>ESTE ITEM SERÁ EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP</p> |
|---|----|---|-----------------------------------|--|



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | [@prefeitura.guaruja](https://www.instagram.com/prefeitura.guaruja)

4 – FORMA, LOCAL DE ENTREGA E / OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A convocação da licitante vencedora para entrega dos produtos será feita mediante o envio da Autorização de Fornecimento de Materiais - AF, que servirá como notificação, devendo o prazo máximo para entrega ser de 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da mesma.

4.2 Os produtos deverão ser entregues de acordo com os padrões de qualidade, condicionamento, manuseio e transporte.

4.3 Casos os produtos entregues não atendam a qualquer uma das especificações deste Termo de Referência, ou estejam fora dos padrões determinados, a unidade recebedora os devolverá para regularização no prazo máximo de 48 horas. O atraso na substituição dos itens acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas, conforme item 10 do presente termo de referência.

4.4 Para fins de logística e recebimento, seguem abaixo o endereço e os horários de funcionamento do Almoxarifado Central:

Garagem Municipal de Guarujá

Almoxarifado Central

Av. Mário Daige, nº 1250

Bairro Jardim Boa Esperança

CEP 11470-062 – Guarujá/SP

Telefones: (13) 3035-2506 / 3035-2507 / 3035-2508 / 3387-4414

Horário para recebimento ou retirada de materiais:

Das 08h às 11h e das 14h às 16h (em dias úteis)

Observação: Para localização via GPS, utilizar: Garagem da Prefeitura Municipal de Guarujá

5- FORMA DE PAGAMENTO

5.1 A Prefeitura Municipal de Guarujá efetuará o pagamento após liquidação da despesa, após a entrega dos produtos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

5.2 As providências relativas ao pagamento de qualquer tributo que incida sobre o presente objeto serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

5.3 A nota fiscal do serviço/produto deverá ser entregue junto com os produtos, devendo ser prenotado em seu corpo, o número de empenho correspondente e número da Autorização de Fornecimento, bem como indicação da Secretaria Requisitante.

5.4 Em caso de irregularidades na Nota Fiscal, deverá a empresa vencedora prontamente substituí-la, sob pena do prazo de pagamento começar a fluir a partir de apresentação da Nota Fiscal livre dos vícios verificados.

5.5 Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as entregas, mediante a apresentação dos originais da fatura e referência à nota de empenho e AF, nos termos das normas vigentes do município, conforme padrão do Município, cujo texto já foi estabelecido nos modelos padrão de instrumento convocatório, sendo efetuado o pagamento com , no mínimo 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal atestada pelo responsável, ou no primeiro dia útil subsequente, no caso de não haver expediente naquela data.

5.6 Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

6 – UNIDADES DE ENSINO QUE RECEBERÃO O MATERIAL MECÂNICO E TECNOLÓGICO DE ACESSIBILIDADE EM BRAILLE

| UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS | |
|---|---|
| Ensino Fundamental | TELEFONES |
| 1.E.M. 1º de Maio (Fund. II e Técnico) End.: Av. Adriano Dias dos Santos, nº 611 - Jd. Boa Esperança Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.470-220 E-mail: em.1demaio@guaruja.sp.gov.br Direção: Solange Pinto Horário de funcionamento: 07h às 23h | 3355-1349* |
| 2. E.M. Ver. Afonso Nunes (Fund. I) End: Rua Rui Barbosa, nº 365 - Parque Estuário Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.451-061 | 3352-1658 * 3352-0922 (ORELHÃO) |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

| | |
|---|--|
| E-mail: em.afonsonunes@guaruja.sp.gov.br Direção: Grazielle Santana Silva Cardoso Horário de funcionamento: 07h às 18h | |
| 3. E.M. Angelina Daige (Fund. I) End.: Praça Sorocaba, s/nº - Vila Áurea Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.454-640 E-mail: em.angelinadaige@guaruja.sp.gov.br Direção: Elizabeth Sá de Araújo Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3342-5966* 3342-4495 |
| 4. E.M. Prof. Antonio Ferreira de Almeida Jr (Fund. I) End: Av. Marivaldo Fernandes, s/nº - Jd. Teжереba Guarujá/SP CEP: 11.440-050 E-mail: em.almeidajunior@guaruja.sp.gov.br Direção: José Roberto Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3384-4209* 3384-5645 3384-0859 |
| 5. E.M. Ver. Ary Silva Souza (Fund. I e II) End: Rua José Terto dos Santos Filho, nº 136 - Jd. Mar e Céu Guarujá/SP CEP: 11.444-530 E-mail: em.arysouza@guaruja.sp.gov.br Direção: Tânia Maria de Andrade Mesquita Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3353-6394* |
| 6. E.M. Benedicta Blac Gonzalez (Fund. I e II) End.: Av. Rio Solimões, s/nº - Jd. Umuarama - Perequê Guarujá/SP CEP: 11.446-090 E-mail: em.benedictablac@guaruja.sp.gov.br Direção: Orlando Dias Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3353-6360* 3353-5035 |
| 7. E.M. Prof. Benedito Claudio da Silva (Fund. II) End.: Rua Agenor de Assis, nº 165 - Bairro Vila Alice Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.450-180 E-mail: em.beneditoclaudio@guaruja.sp.gov.br Direção: Elba Maria Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3342-1136* |
| 8. E.M. Profª Dirce Valério Gracia (Fund. II, EJA I e EJA II) End.: Av. D. Pedro I, nº 340 - Jd. Teжереba Guarujá/SP CEP: 11.440-000 E-mail: em.dircevalerio@guaruja.sp.gov.br Direção: Eloísa Flora Gracia Horário de funcionamento: 07h às 23h | 3386-4202* 3386-2542 |
| 9. E.M. Ver. Francisco Figueiredo (Fund. II) End.: Av. Tancredo Neves, s/nº - Bairro Santa Clara Guarujá/SP CEP: 11.435-000 E-mail: em.franciscofigueiredo@guaruja.sp.gov.br Direção: Silvana Aparecida C. de Souza Pagetti Horário de funcionamento: 07h às 21h | 3384-2989* 3355-0314 (ORELHÃO) |
| 10. E.M. Pres. Franklin Delano Roosevelt (Fund. I) | 3355-8437* |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

| | |
|---|---|
| End.: Av. Adriano Dias dos Santos, nº 500 - Jd. Boa Esperança Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.470-220 E-mail: em.franklindelano@guaruja.sp.gov.br Direção: Adriana Rocha Garcia Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3355-0266 (ORELHÃO) |
| 11. E.M. Giusfredo Santini (Fund. I) End.: Rua São João Batista, nº 380- Morrinhos II Guarujá/SP CEP: 11.495-025 E-mail: em.giusfredosantini@guaruja.sp.gov.br Direção: Débora Guido Cardoso da Silva Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3355-8759* 3384-5576 |
| 12. E.M. Dr. Gladston Jafet (Fund. I e II) End.: Rua João Luiz da Silva, nº 03 - Vila Lúgia Guarujá/SP CEP: 11.430-210 E-mail: em.gladstonjafet@guaruja.sp.gov.br Direção: Camila Marinho Diniz Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3358-2962* 3358-1898 3348-0209 (ORELHÃO) |
| 13. E.M. Herbert Henry Dow (Fund. I) End.: Rua Uruguai, nº 950 - Balneário Guarujá Guarujá/SP CEP: 11.442-020 E-mail: em.herbertdow@guaruja.sp.gov.br Direção: Camila Maria do Amaral Rocha Santos Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3351-6617* 3351-9082 3391-0024 |
| 14. E.M. Profª Jacirema dos Santos Fontes (Fund. I) End.: Rua Daniel Matos da Silva, nº 63 - Morrinhos I Guarujá/SP CEP: 11.495-040 E-mail: em.jacirema@guaruja.sp.gov.br Direção: Maria Andrea Santos Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3355-7886* 3384-0605 (ORELHÃO) |
| 15. E.M. Profª Lúcia Flora dos Santos (Fund. I e II) End.: Rua Josefa Hermínia Calda, nº 200 - Jd. Progresso Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.453.230 E-mail: em.luciaflora@guaruja.sp.gov.br Direção: Eloíse Cristina Granieri Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3341-3462 * 3342-4480 |
| 16. E.M. Lucimara de Jesus Vicente (Fund. I e II) End.: Av. Manoel da Cruz Michael, nº 343 - Bairro Santa Rosa Guarujá/SP CEP: 11.430-090 E-mail: em.lucimara@guaruja.sp.gov.br Direção: Rebeca Silva Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3358-2335 * 3358-2688 3348-1531 |
| 17. E.M. Profª Maria Aparecida de Araújo (Fund. II) End.: Rua São João Batista, nº 330 - Morrinhos II Guarujá/SP CEP: 11.495-025 E-mail: em.mariaaraujo@guaruja.sp.gov.br | 3386-3216 * 3384-5412 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

| | |
|--|--|
| Direção: Valdilene Cristina Correa Vieira Horário de funcionamento: 07h às 21h | |
| 18. E.M. Prof^a Maria Aparecida Ramos Camargo (Fund. II) End.: Rua Poeta Gregório de Matos, nº 71 - Loteamento Jd. Brasil Morrinhos III Guarujá/SP CEP: 11.497-000 E-mail: em.ramoscarmargo@guaruja.sp.gov.br Direção: Zulmira Ferreira Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3386-2031 * |
| 19. E.M. Mario Cerqueira Leite Filho (Fund. I) End.: Rua Javari, nº 95 - Balneário Praia do Perequê Guarujá/SP CEP: 11.446-120 E-mail: em.mariocerqueira@guaruja.sp.gov.br Direção: Nágela Francisco Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3353-4473 * 3353-3447 3353-0231 (ORELHÃO) |
| 20. E.M. Prof^a Myriam Terezinha Wichrowski Millbourn (Fund. I) End.: Av. Adriano Dias dos Santos, nº 623 - Jd. Boa Esperança Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.470-220 E-mail: em.myriamterezinha@guaruja.sp.gov.br Direção: Mona Mohamed Youssef El Malt Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3383-7020 * 3355-0016 (ORELHÃO) |
| 21. E.M. Dr. Napoleão Rodrigues Laureano (Fund. I e II, EJA I e II) End.: Av. Oswaldo Aranha, nº 365 - Jd. Maravilha Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.470-100 E-mail: em.napoleaolaureano@guaruja.sp.gov.br Direção: Maria Dolores dos Santos Pereira Horário de funcionamento: 07h às 23h | 3352-1484 * 3342-4478 (FAX) |
| 22. E.M. Dr. Oswaldo Cruz II (Fund. I) End.: Av. Presidente Vargas, nº 485 - Parque Estuário Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.451-000 E-mail: em.oswaldocruz@guaruja.sp.gov.br Direção: Dilma Tereza Lemos Souza Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3341-3300 * |
| 23. E.M. Paulo Freire (Fund. I) End.: Av. Tancredo Neves, s/nº - Bairro Santa Clara Guarujá/SP CEP: 11.435-000 E-mail: em.paulofreire@guaruja.sp.gov.br Direção: Camila Aparecida Buck da Cruz Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3386-6119 * |
| 24. E.M. Sérgio Pereira Rodrigues (Fund. I) End.: Av. Atlântica, nº 1516 - Cidade Atlântica Guarujá/SP CEP: 11.442-070 E-mail: em.sergiopereira@guaruja.sp.gov.br Direção: Inca Farias Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3392-3883 * 3392-3860 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

| | |
|--|---|
| 25. E.M. Profª Valéria Cristina Vieira da Cruz Silva (Fund. I) End.: Rua Poeta Gregório de Matos, nº 25 - Loteamento Jd. Brasil Morrinhos III Guarujá/SP CEP: 11.497-000 E-mail: em.valeriacristina@guaruja.sp.gov.br Direção: Rosemeire Zacariotti Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3386-1994 * |
| Educação Infantil | TELEFONES |
| 26. E.M. Adelaide Fernandes End.: Rua José Terto dos Santos Filho, nº 138 - Jd. Mar e Céu Guarujá/SP CEP: 11.444-530 E-mail: em.adelaidefernandes@guaruja.sp.gov.br Direção: Jane Neiva Gonçalves Liberal Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3353-5561 * |
| 27. E.M. Augusto Antunes Correa End.: Rua Romoaldo dos Santos Inácio, nº 45 - Jd. Boa Esperança Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.470-050 E-mail: em.augustocorreia@guaruja.sp.gov.br Direção: Sinara Maria Barroso Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3355-6076 * 3384-0667 |
| 28. E.M. Hermínia Neves Vitiello End.: Rua João Thomas Tangary, nº 95 - Bairro Santa Rosa Guarujá/SP CEP: 11.431-330 E-mail: em.herminiavitiello@guaruja.sp.gov.br Direção: Valquíria Frederico Rodrigues de Matos Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3355-2048 * 3384-0669 (ORELHÃO) |
| 29. E.M. João de Oliveira End.: Rua Manoel Vicente de Brito, s/nº - Morrinhos III Guarujá/SP CEP: 11.495-007 E-mail: em.joaooliveira@guaruja.sp.gov.br Direção: Eloá Matilde Rubina Miranda dos Santos Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3355-4308 * 3384-0956 (ORELHÃO) |
| 30. E.M. José de Souza End.: Av. Atlântica, nº 1518 - Cidade Atlântica Guarujá/SP CEP: 11.442-070 E-mail: em.josesouza@guaruja.sp.gov.br Direção: Celma Fernandes Doblins Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3351-1241 * |
| 31. E.M. Profª Maria Regina Teixeira dos Santos Claro End.: Rua Áureo Moreira, nº 90 - Jd. Conceiçãozinha Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.472-090 E-mail: em.mariaregina@guaruja.sp.gov.br Direção: Andréa Goes Horário de funcionamento: 07h às 18h | 3355-7259 * 3384-0661 (ORELHÃO) |
| 32. E.M. Vicentina Lamas do Valle | 3352-1213 * |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | [@prefeitura.guaruja](https://www.instagram.com/prefeitura.guaruja)

| | |
|--|-------------|
| End.: Rua São Sebastião, nº 125 - Parque Estuário Vicente de Carvalho - Guarujá/SP CEP: 11.451-180 E-mail: em.vicentinalamas@guaruja.sp.gov.br Direção: Lenira Viceconte Horário de funcionamento: 07h às 18h | |
| 33. N.E.I.M. Marina Daige (Creche e Pré-escola) End.: Rua Pardal, nº 340 - Jardim dos Pássaros Guarujá/SP CEP: 11.432-090 E-mail: neim.marinadaige@guaruja.sp.gov.br Direção: Daniela Caparroz Cicconi Horário de funcionamento: 07h às 24h | 3387-1243 * |

QUANTIDADE MÉDIA DE ESTUDANTES QUE FREQUENTAM A SRM

| ESCOLAS | QUANTIDADE DE ESTUDANTES |
|--|--------------------------|
| 1- E.M. 1º de Maio | 11 |
| 2- E.M.E.I. Adelaide Fernandes | 22 |
| 3- E.M. Angelina Daige | 0 |
| 4- E.M.E.I. Aparecida da Costa Sinópoli | 8 |
| 5- E.M.E.I. Augusto Antunes Correa | 47 |
| 6- E.M. Benedicta Blac | 40 |
| 7- E.M.E.I. Catarina de Oliveira Salgado | 31 |
| 8- E.M.E.I. Cônego Domenico Rangoni | 13 |
| 9- E.M.E.I. Constantino Michaello Conde | 9 |
| 10- E.M.E.I. Dr. Ernesto Ferreira Sobrinho | 20 |
| 11- E.M. Dr Gladston Jafet | 29 |
| 12- E.M. Dr Napoleão Rodrigues Laureano | 59 |
| 13- E.M. Dr Oswaldo Cruz | 19 |
| 14- E.M. Giusfredo Santini | 45 |
| 15- E.M. Herbert Henry Dow | 35 |
| 16- E.M. Herminia Neves Vitiello | 16 |
| 17- E.M.E.I. João de Oliveira | 29 |
| 18- E.M. João Gonçalves Sobrinho | 2 |
| 19- E.M.E.I. José de Souza | 15 |
| 20- E.M. Lucimara de Jesus Vicente | 19 |
| 21- E.M.E.I. Maria Eunice da Cruz | 21 |
| 22- E.M. Mario Cerqueira Leite Filho | 0 |
| 23- E.M.E.I. Pastor Samuel Franco de Menezes | 11 |
| 24- E.M. Paulo Freire | 35 |
| 25- E.M.E.I. Philomena Cardoso de Oliveira | 16 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

| | |
|---|--------------|
| 26- E.M.E.I. Philomena Cardoso de Oliveira - anexo | 7 |
| 27- E.M. Pres. Franklin Delano Roosevelt | 6 |
| 28- E.M. Prof. Antonio Ferreira de Almeida Júnior | 29 |
| 29- E.M. Prof. Benedito Cláudio | 24 |
| 30- E.M.E.I. Prof. Guilherme Furlani Júnior | 0 |
| 31- E.M.E.I. Prof. Guilherme Furlani Júnior - anexo | 0 |
| 32- E.M.E.I. Prof. Magdalena Maria Cardoso Lourenço | 0 |
| 33- E.M. Prof. Dirce Valério Gracia | 33 |
| 34- E.M. Prof. Ivonete da Silva Camara | 6 |
| 35- E.M. Prof. Jacirema dos Santos Fontes | 18 |
| 36- E.M. Prof. Lúcia Flora dos Santos | 0 |
| 37- E.M. Prof. Maria Aparecida de Araujo | 15 |
| 38- E.M. Prof. Maria Aparecida Ramos Camargo | 35 |
| 39- E.M.E.I. Prof. Maria de Lourdes G. de Oliveira | 3 |
| 40- E.M. Prof. Maria Regina Teixeira dos Santos Claro | 17 |
| 41- E.M. Prof. Miryam Terezinha Wichrowski Millbourn | 40 |
| 42- E.M. Prof. Valéria Cristina Vieira da Cruz Silva | 41 |
| 43- E.M. Sérgio Pereira Rodrigues | 24 |
| 44- E.M. Ver. Afonso Nunes | 27 |
| 45- E.M. Ver. Ary da Silva Souza | 61 |
| 46- E.M.E.I. Ver. Ernesto Pereira | 7 |
| 47- E.M. Ver. Francisco Figueiredo | 29 |
| 48- E.M.E.I. Vicentina Lamas do Valle | 11 |
| 49- NEIM Monteiro Lobato | 8 |
| 50- NEIM Antonieta do Espirito Santo e Silva | 1 |
| 51- NEIM Groussier Magri | 10 |
| 52- NEIM Joana Mussa Gase | 5 |
| 53- NEIM José Antonio Ferranti | 6 |
| 54- NEIM Marina Daige | 8 |
| 55- NEIM Agripina Alves de Barros | 0 |
| 56- NEIM Albert Sabin | 0 |
| 57- NEIM Ambrozina Rosa da Conceição | 0 |
| 58- NEIM Amélia Marangoni Chede | 0 |
| 59- NEIM Celso Raimundo Jerônimo | 0 |
| 60- NEIM Mauro Aprígio de Brito | 2 |
| 61- NEIM Ver. Natanael de Oliveira | 0 |
| 62- NEIM Sara Bozoglian | 0 |
| 63- NEIM Suely Maria da Silva Kida | 0 |
| TOTAL | 1.025 |

6.2 Os materiais deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Termo de Referência, com a garantia dos Fornecedores contra defeitos de fabricação, sendo que a inobservância destas condições implicará na recusa dos materiais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

6.3 Forma de fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços é o da entrega parcelada, mediante requisição da contratada, por si ou por quem determinar, a qual deverá ser atendida nos locais e prazos definidos neste Termo de Referência e demais termos do Edital.

6.4 Caso os produtos entregues não atendam a qualquer uma das especificações deste Termo de Referência, ou estejam fora dos padrões determinados ou ainda de marcas diferentes, a unidade recebedora os devolverá para regularização no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. O atraso na substituição dos itens acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas, conforme item 12 do presente termo de referência.

7 - PRAZO DE GARANTIA

7.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

7.2 O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 03 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto .

7.3 A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, troca ou reposição dos mesmos se, porventura, forem entregues com qualquer defeito, avaria ou incompatibilidade com as especificações deste Termo de Referência, no prazo máximo de 48 horas .

8 – DA VIGÊNCIA

8.1 Sobre o prazo de vigência da ata de registro de preços, citamos aqui o art. 84 da Lei Federal 14.133/21:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.2 A não utilização dos quantitativos registrados por conveniência da CONTRATANTE não gerará ao CONTRATADO direito a qualquer espécie de indenização.

9 – CONSÓRCIO

9.1 Não será permitida a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio no presente certame, tampouco será admitida a subcontratação do objeto licitado.

9.2 A vedação encontra respaldo no art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que admite a restrição desde que haja justificativa técnica idônea, como no presente caso.

9.3 A contratação tem por objeto o fornecimento de jogos pedagógicos e livraria, bem de natureza comum, divisível e de baixa complexidade, cuja execução não exige a associação de múltiplas empresas para garantir sua plena execução. Trata-se de fornecimento em escala rotineira, com disponibilidade ampla no mercado nacional, em que empresas isoladamente já possuem condições de atender integralmente às especificações técnicas e quantitativas exigidas.

9.4 Diferentemente de licitações que envolvem obras de grande vulto ou serviços de alta complexidade tecnológica – em que a formação de consórcios pode ser necessária para agregar expertises distintas –, o presente certame não demanda competências múltiplas, tampouco investimentos de porte que justifiquem a atuação conjunta de diversas empresas.

9.5 Além disso, a vedação não prejudica a competitividade do certame, pois o mercado fornecedor de jogos pedagógicos é amplo, diversificado e composto inclusive por micro e pequenas empresas, que podem participar em igualdade de condições. Ressalta-se, inclusive, que haverá reserva de cota para MEI, ME e EPP, conforme previsto no art. 48 da LC nº 123/2006, o que assegura ainda mais a ampla participação.

9.6 Assim, a Administração considera adequada e proporcional a vedação à participação de consórcios no presente certame, sem que isso represente restrição indevida à competitividade, mas, ao contrário, assegurando simplicidade, eficiência e economicidade ao processo.

10 – HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | [@prefeitura.guaruja](https://www.instagram.com/prefeitura.guaruja)

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

Assim, consideramos atendida a recomendação do parecer jurídico, garantindo maior transparência e regularidade ao certame, em estrita observância à Lei Federal nº 14.133/2021 e às diretrizes que regem os pregões eletrônicos na plataforma Compras.gov.br

10.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

Deverão ser apresentados documentos que visam demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, sendo que esta limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada. Podendo ser apresentado:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária.
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Declaração de que não há fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, sob as penas da lei;
- g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

10.2 REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | [@prefeitura.guaruja](https://www.instagram.com/prefeitura.guaruja)

- b) Prova de Inscrição no Cadastro Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social, através de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, referente a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e Dívida Ativa da União - expedida pelo Ministério da Fazenda - Procuradoria Geral da Fazenda - Receita Federal do Brasil (PORTARIA CONJUNTA RFB / PGFN Nº 1751, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014).
- d) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Estadual (débitos inscritos), da sede ou do domicílio da licitante;
- e) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal (tributos mobiliários), da sede ou do domicílio da licitante
- f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

10.3 REGULARIDADE TRABALHISTA

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de negativa.

10.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.4.1 A licitante deverá apresentar:

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante .
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

c) No caso de empresas constituídas há menos de 1 (um) ano, será exigida a apresentação do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório competente.

d) Para fins de comprovação da boa situação econômico-financeira, a Administração poderá avaliar os seguintes índices, calculados a partir do último balanço:

- Liquidez Geral ($LG \geq 1$)
- Liquidez Corrente ($LC \geq 1$)
- Solvência Geral ($SG \geq 1$)

Fórmulas:

- $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$
- $LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$
- $SG = \text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

e) Capital Mínimo – Caso a empresa não atinja o índice mínimo exigido em qualquer dos itens acima, poderá comprovar sua capacidade mediante apresentação de capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

10.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.5.1 Para fins de comprovação de capacidade técnica, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de bens compatíveis com o objeto da presente licitação.

10.5.2 Nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de qualificação técnica restringe-se à parcela de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, assim considerada o item 1 – Impressora/Máquina de Escrever Braille Eletrônica, por se tratar de equipamento tecnológico, com maior grau de complexidade, integração sistêmica e necessidade de desempenho funcional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

10.5.3 Para o item 1, os atestados deverão comprovar o fornecimento de equipamentos de tecnologia assistiva, preferencialmente voltados à acessibilidade de pessoas com deficiência visual, tais como dispositivos Braille, equipamentos eletrônicos educacionais acessíveis ou similares.

10.5.4 Para o item 2, serão aceitos atestados que comprovem o fornecimento de equipamentos mecânicos, materiais pedagógicos ou produtos compatíveis, considerando sua menor complexidade técnica.

10.5.5 A documentação relativa à qualificação técnica da licitante deverá conter também a comprovação da conformidade técnica do produto ofertado, a qual será exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mediante apresentação de catálogo, ficha técnica, manual do fabricante ou documento equivalente conforme o Termo de Referência portanto , a documentação de habilitação técnica da licitante não se confunde com a documentação destinada à comprovação da conformidade técnica do produto ofertado.

A documentação técnica deverá ser apresentada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, para fins de habilitação por parte da equipe técnica contados da convocação realizada no sistema eletrônico ou por outro meio formal admitido no edital. Emails a serem enviados : seducadm.diretoria@gmail.com, seduclicitacoes@gmail.com , e leilamjazz.cruz@gmail.com

Assim, a apresentação de catálogo, ficha técnica, manual do fabricante ou documento equivalente será exigida exclusivamente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, na forma e no prazo previstos neste Termo de Referência, para análise pela equipe técnica da secretaria requisitante.

10.5.6 Quando solicitado pela Administração, a licitante deverá apresentar declaração de que os produtos atendem às normas técnicas aplicáveis, bem como aos requisitos de acessibilidade e segurança vigentes.

10.5.7 A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos da legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | [@prefeitura.guaruja](https://www.instagram.com/prefeitura.guaruja)

10.6 HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS MEI, ME E EPP

As empresas enquadradas como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) deverão observar, para fins de habilitação, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente nos arts. 42 a 49, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 14.133/2021.

11 – OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1 A **CONTRATADA** se compromete a cumprir as obrigações abaixo descritas, além daquelas decorrentes direta ou indiretamente do presente Termo de Referência.

11.2 A **CONTRATADA** deverá entregar o produto, conforme solicitação do **MUNICÍPIO**, e de acordo com a proposta apresentada.

11.3 Emitir Nota Fiscal/Fatura dos produtos entregues, que será enviada ao **MUNICÍPIO** por conta própria ou por terceiro;

11.4 Agilizar a imediata correção das falhas apontadas pelo **MUNICÍPIO**, concernente a execução do presente contrato.

11.5 Responder, a qualquer tempo, pela qualidade dos produtos entregues.

11.6 Observar, todos os termos da Lei Federal no. 14.133/21 e normas complementares.

11.7 Para a entrega dos produtos deverá a Contratada observar e respeitar o dia, horário e local para a realização dos mesmos.

11.8 Fica por conta da contratada o transporte dos materiais, equipamentos e funcionário para a execução do Termo de Referência.

Parágrafo Único – A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da ata, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

12 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente as sanções previstas no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Seção X do Decreto Municipal nº 15.833/2023, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

As penalidades somente deixarão de ser aplicadas quando houver:

- Comprovação, devidamente documentada, da ocorrência de força maior ou caso fortuito impeditivo do cumprimento da obrigação; ou
- Manifestação da unidade requisitante atestando que o descumprimento decorreu de fato imputável exclusivamente à Administração.

Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho dentro do prazo estabelecido no edital, sem justificativa aceita pela Administração, e garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b) Impedimento de licitar e contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a critério da Prefeitura;
- c) A mesma penalidade será aplicada à empresa que não apresentar os documentos necessários para formalização do ajuste.

À licitante que atrasar a execução do certame, apresentar documentação falsa, descumprir proposta ou lance, agir de forma inidônea, cometer fraude fiscal ou, no caso de ME/EPP/MEI, deixar de regularizar a documentação fiscal no prazo legal (art. 42 da LC nº 123/2006), poderão ser aplicadas as penalidades acima, cumuladas, ou ainda a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da gravidade da infração.

As multas contratuais serão aplicadas nas seguintes hipóteses:

- 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto;
- 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada, por inexecução parcial;
- 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de obrigações acessórias não previstas em outras hipóteses;
- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão decorrente de culpa da contratada.
- O não cumprimento do prazo de substituição de produtos que não atendam às especificações, estabelecido em 48 (quarenta e oito) horas, acarretará, além da suspensão



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | [@prefeitura.guaruja](https://www.instagram.com/prefeitura.guaruja)

dos pagamentos, a aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela afetada, por descumprimento de obrigação contratual. Persistindo o descumprimento após nova notificação, poderá ser aplicada multa adicional de 20% (vinte por cento) por inexecução parcial do ajuste.

As sanções são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma cumulativa, conforme a gravidade do ato.

Das decisões que impuserem penalidades, caberá recurso administrativo, nos termos dos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133/2021, dirigido ao Setor de Compras, Licitações e Acompanhamento de Contratos, respeitados os prazos legais.

Fica vedada a interposição de recursos por meios não oficiais (correio eletrônico, fac-símile, etc.) sem o devido protocolo físico ou eletrônico oficial.

A tolerância eventualmente concedida pela Administração quanto à aplicação de multa ou outra penalidade não modificará as condições contratuais, permanecendo o ajuste em pleno vigor.

Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar/contratar e de declaração de inidoneidade serão conduzidos por comissão, nos termos do art. 158, caput e §1º da Lei nº 14.133/2021.

As penalidades descritas aplicam-se indistintamente a todas as empresas participantes, inclusive MEI, ME e EPP, asseguradas as garantias do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, em conformidade com a legislação vigente.

13 – FISCAL DO CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato serão realizados por um ou mais servidores designados por meio de Portaria específica, a ser expedida por ocasião da assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do Decreto Federal nº 11.246/2022.

13.2 A designação de fiscais e, se necessário, de gestores contratuais observará critérios de competência técnica e vínculo com a Administração, a fim de assegurar a adequada supervisão da execução contratual, o controle da conformidade dos serviços prestados e a adoção de medidas corretivas tempestivas, sempre que necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

13.3 A indicação dos fiscais no momento da assinatura do contrato visa garantir que a escolha recaia sobre servidores disponíveis e capacitados, de acordo com a realidade administrativa do órgão à época da contratação. Tal prática assegura flexibilidade, eficiência e aderência à legislação vigente.

13.4 As atribuições do(s) Fiscal(is) da Ata incluirão:

13.4.1 Controle da vigência e prazos – acompanhar a validade da Ata, verificando a necessidade de prorrogação dentro do prazo legal (art. 84, Lei nº 14.133/2021), mediante análise de vantajosidade;

13.4.2 Gestão da demanda – receber as solicitações das secretarias participantes, verificar se estão compatíveis com os itens registrados na Ata e consolidar os pedidos de contratação;

13.4.3 Emissão de autorizações – atestar a conformidade dos pedidos ;

13.4.4 Comunicação com fornecedores – manter interlocução direta com os fornecedores registrados, dirimindo dúvidas, comunicando ordens de fornecimento e acompanhando prazos de entrega e execução;

13.4.5 Controle quantitativo e financeiro – registrar o consumo dos itens da Ata, monitorando os saldos disponíveis e elaborando relatórios gerenciais sobre a utilização, custos e desempenho;

13.4.6 Fiscalização técnica e qualitativa – verificar se os bens e serviços fornecidos atendem às especificações técnicas do TR, garantindo que a qualidade, a durabilidade e as garantias contratadas estejam sendo cumpridas;

13.4.7 Relatórios e registro no processo – elaborar relatórios de acompanhamento da execução, documentar ocorrências e propor a aplicação de sanções, quando necessário;

13.4.8 Apoio ao gestor do contrato .

13.5 A designação do Fiscal da Ata não exclui a responsabilidade da gestão centralizada da ARP, nem substitui a fiscalização específica que será exercida em cada AF celebrada pelas secretarias participantes, mas representa um mecanismo adicional de governança, controle e mitigação de riscos, conforme preconizado pelo art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

14 - AMOSTRA DOS PRODUTOS

14.1 Não se aplica



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

15 - VISITA TÉCNICA

15.1 Não se aplica

16 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

16.1 Nos termos dos arts. 124 a 128 da Lei Federal nº 14.133/2021, é assegurado à contratada e à Administração o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sempre que ocorrerem fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que onerem excessivamente a execução contratual ou alterem a base da equação originalmente pactuada.

16.2 A cláusula tem por finalidade preservar a equação econômico-financeira inicial do contrato, garantindo que a remuneração da contratada continue compatível com os custos efetivos da prestação do serviço ou fornecimento do bem, sem gerar prejuízos à Administração ou à contratada.

16.3 O reequilíbrio poderá ser solicitado nos seguintes casos:

16.3.1 Ocorrência de caso fortuito, força maior ou fatos imprevisíveis;

16.3.2 Alterações unilaterais do contrato pela Administração, que impactem os custos do contratado;

16.3.3 Fatos previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

16.4 O pedido de reequilíbrio deverá ser formalmente instruído pela parte interessada, contendo demonstração analítica do impacto financeiro e documentação comprobatória dos fatos alegados. A Administração poderá solicitar complementações e realizar análise técnica antes de deliberar sobre o pleito.

17 - SUSTENTABILIDADE

Nos termos dos arts. 5º, 11, IV, e 18, §1º, XII, da Lei nº 14.133/2021, a presente



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | [@prefeitura.guaruja](https://www.instagram.com/prefeitura.guaruja)

contratação observa o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, orientando-se por critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, sem prejuízo à competitividade ou à qualidade técnica do objeto.

Considerando que o objeto da licitação envolve equipamentos tecnológicos voltados à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência visual (impressoras e máquinas de escrever Braille), serão observados os seguintes parâmetros de sustentabilidade:

1. Sustentabilidade Ambiental

Preferência por equipamentos fabricados com materiais recicláveis, livres de substâncias tóxicas e com menor impacto ambiental em sua produção;

A impressora Braille eletrônica deverá possuir baixo consumo de energia elétrica, conforme padrões de eficiência energética e compatibilidade com dispositivos de economia de energia;

O fornecedor deverá priorizar embalagens recicláveis ou biodegradáveis, evitando o uso de plásticos de difícil decomposição;

Incentivo à logística reversa e ao descarte ambientalmente adequado de componentes eletrônicos, baterias e materiais impressos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

2. Sustentabilidade Social

Cumprimento integral das normas trabalhistas e de segurança, vedado o uso de mão de obra infantil ou análoga à escravidão (art. 7º, XXXIII, da CF);

Valorização de fornecedores locais e regionais, especialmente Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme os arts. 47 e 48 da LC nº 123/2006;

Promoção da acessibilidade pedagógica e tecnológica, ao disponibilizar recursos que eliminem barreiras no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência visual.

3. Sustentabilidade Econômica

Aquisição de equipamentos duráveis, com vida útil prolongada e garantia mínima de 12 meses, reduzindo custos de manutenção e substituição;

Priorização de fornecedores que ofereçam assistência técnica nacional, evitando custos e impactos ambientais com transporte de equipamentos para manutenção;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | [@prefeitura.guaruja](https://www.instagram.com/prefeitura.guaruja)

Otimização do investimento público, garantindo a economicidade sem comprometer a qualidade e a eficiência pedagógica do equipamento.

A adoção desses critérios reforça o compromisso da Administração Municipal com as políticas públicas de inclusão, acessibilidade e sustentabilidade, assegurando que os bens adquiridos contribuam para um ambiente educacional mais inclusivo, consciente e eficiente, conforme as diretrizes de responsabilidade socioambiental estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e na Agenda 2030 da ONU (ODS 4 e 12).

18 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para estimativa de custos da futura aquisição, foi considerado pesquisa de mercado e sites governamentais :

PNCP EDITAIS :

<https://pncp.gov.br/editais/03269695000108/2025/30>

<https://pncp.gov.br/editais/08753385000170/2025/6>

<https://pncp.gov.br/editais/76105576000185/2025/49>

<https://pncp.gov.br/editais/87612966000168/2025/8>

<https://pncp.gov.br/editais/22953681000145/2024/38>

<https://pncp.gov.br/editais/46578498000175/2025/49>

Processo digital nº 24160/22

A aquisição de materiais pedagógicos e de acessibilidade, como os voltados deficiência visual, é uma prática crescente e fundamental em diversos municípios brasileiros, que buscam



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

garantir o direito à educação inclusiva. A busca em editais e estudos técnicos preliminares no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em outros portais de transparência demonstra a relevância e a necessidade desses investimentos em âmbito nacional.

Municípios como:

São José do Rio Pardo (SP): [ETP para aquisição de livro-jogos para ensino de LIBRAS e portal educacional](#)

Jacundá (PA): [Edital para aquisição de materiais tecnológicos para AEE](#)

Jaguarão (RS): [Pregão Eletrônico para aquisição de materiais pedagógicos para sala de AEE](#)

Itapevi (SP): [Pregão Eletrônico para aquisição de materiais destinados à sala de recursos/AEE](#)

Santana do Paraíso (MG): [Estudo Técnico Preliminar para aquisição de brinquedos pedagógicos](#)

Bocaiúva do Sul (PR): [Pregão para aquisição de materiais pedagógicos para projetos educacionais de leitura](#)

Aliança (PE): [Estudo Técnico Preliminar para fornecimento de livros didáticos](#)

Essas iniciativas reforçam a importância da presente aquisição para o município do Guarujá, alinhando-o às melhores práticas e ao compromisso com a educação especial em todo o país .

19 – SECRETARIAS PARTICIPANTES E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgãos:

12.01 Secretaria Municipal de Educação .

ELEMENTO DE DESPESA:

4.4.90.52.00

Fonte de recurso: 01 - Tesouro



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | [@prefeitura.guaruja](https://www.instagram.com/prefeitura.guaruja)

Leila Martins dos Santos Cruz

pront. : 17.793

Gerência Adm Logística

"Educar é libertar, é dar ao indivíduo os meios
de ser sujeito da sua própria história."

Benjamin Constant (precursor da educação inclusiva no Brasil)